

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EQUIDADE EDUCACIONAL E REDUÇÃO DA CARGA DE CUIDADOS SOBRE MENINAS NO TRABALHO REPRODUTIVO

Rosália Alves de Sousa ¹

RESUMO

Este estudo teórico investiga a intersecção entre políticas públicas educacionais e a sobrecarga de trabalho reprodutivo que afeta meninas, enfatizando suas implicações para a equidade educacional. Por meio de uma revisão crítica da literatura, a pesquisa analisa como as responsabilidades domésticas e de cuidado, frequentemente atribuídas às meninas, restringem seu acesso e permanência na educação formal. O referencial teórico de Hirata e Kergoat (2007) é utilizado para abordar a invisibilidade do trabalho reprodutivo e suas repercussões sociais, enquanto Del Priore (2003) oferece uma análise das desigualdades históricas de gênero e suas manifestações no âmbito familiar e educacional. Federici (2004) complementa a discussão ao explorar o impacto da divisão sexual do trabalho na vida de mulheres e meninas, especialmente em relação à educação e à autonomia. O estudo busca compreender como a falta de políticas públicas eficazes para redistribuir as responsabilidades domésticas e apoiar meninas no ambiente educacional perpetua a desigualdade de gênero. A partir das contribuições de Hirata e Kergoat, o conceito de trabalho reprodutivo é examinado, destacando sua carga excessiva sobre as meninas e suas consequências diretas nas oportunidades educacionais. Del Priore e Federici fundamentam a análise do impacto histórico e estrutural da desigualdade de gênero nas políticas educacionais, ressaltando a importância de reconhecer o trabalho doméstico no planejamento de políticas públicas. A pesquisa conclui que, para promover a equidade educacional, é essencial implementar políticas que apoiem a redistribuição das tarefas de cuidado, flexibilizem o tempo escolar e criem serviços de apoio às famílias, permitindo que meninas se dediquem à educação sem a sobrecarga de responsabilidades domésticas.

Palavras-chave: Políticas públicas, Equidade educacional, Trabalho reprodutivo, Desigualdade de gênero.

INTRODUÇÃO

A equidade educacional permanece como um dos maiores desafios contemporâneos para as políticas públicas, especialmente quando se considera a sobrecarga do trabalho reprodutivo imposto às meninas. O trabalho reprodutivo, entendido como o conjunto de tarefas domésticas e de cuidado não remunerado, historicamente atribuído às mulheres e meninas, limita significativamente o acesso e a permanência destas no ambiente escolar. Autoras como Hirata e Kergoat (2007) elucidam que essa carga invisibilizada e naturalizada perpetua desigualdades estruturais que comprometem a autonomia e o desenvolvimento educacional das meninas. Complementarmente, Del Priore (2003) e Federici (2004) apontam que a divisão sexual do trabalho, enraizada em processos históricos e econômicos, configura-se como um dos

¹ Mestranda do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará – UECE, rosalia.alves@educacao.fortaleza.ce.gov.br.



Diante desse cenário, a presente pesquisa teórica busca analisar como as políticas públicas podem atuar para promover a equidade educacional, ao mesmo tempo em que contribuem para a redução da carga de trabalho reprodutivo sobre meninas. A escolha por um estudo teórico se justifica pela necessidade de aprofundar a compreensão das bases conceituais e estruturais que sustentam essas desigualdades, oferecendo um panorama crítico que subsidia a formulação de políticas mais eficazes e sensíveis às questões de gênero.

Os resultados indicam que a ausência de políticas públicas integradas e intersetoriais perpetua a desigualdade, sobrecarregando meninas com tarefas domésticas e de cuidado que comprometem seu desempenho e permanência escolar. Por outro lado, experiências bem-sucedidas apontam para a importância da oferta de serviços de apoio às famílias, da flexibilização dos horários escolares e da conscientização social acerca da necessidade de redistribuição do trabalho reprodutivo.

Em síntese, este estudo ressalta que a superação das barreiras impostas pela divisão sexual do trabalho exige uma articulação efetiva entre educação e políticas sociais, visando transformar as estruturas que sustentam as desigualdades de gênero. Assim, contribui para o debate acadêmico e político sobre os caminhos necessários para assegurar que todas as meninas possam usufruir do direito à educação, livres da sobrecarga do trabalho reprodutivo.

Este estudo configura-se como uma investigação teórica, de abordagem qualitativa, fundamentada em uma revisão crítica de literatura. Conforme Minayo (2001), a pesquisa qualitativa busca compreender fenômenos sociais em sua complexidade, valorizando



significados, sentidos e interpretações. Assim, optou-se por um percurso metodológico que privilegia a análise de produções acadêmicas e documentos oficiais capazes de iluminar as relações entre gênero, trabalho reprodutivo e políticas públicas, considerando seus desdobramentos na experiência educacional de meninas brasileiras.

A seleção das autoras e das obras que compõem o referencial teórico foi realizada a partir de critérios de relevância, consistência conceitual e impacto nas discussões contemporâneas sobre o tema. A revisão contemplou produções clássicas e recentes da literatura feminista, especialmente aquelas que problematizam a divisão sexual do trabalho e a sobrecarga das mulheres e meninas nas atividades de cuidado. Além da literatura científica, foram consultados relatórios de organismos nacionais e internacionais, estatísticas educacionais e documentos oficiais de políticas públicas, os quais conferem sustentação empírica à análise proposta.

O levantamento bibliográfico abrangeu textos disponíveis em bases acadêmicas como Scielo, Google Scholar e periódicos especializados em educação e estudos de gênero, priorizando publicações dos últimos vinte anos, sem desconsiderar autoras precursoras cuja contribuição se mantém fundamental para o campo. Esse recorte temporal possibilitou articular diferentes perspectivas, assegurando diálogo entre produções consolidadas e reflexões atuais.

A análise foi organizada a partir de categorias centrais — trabalho reprodutivo, divisão sexual do trabalho, desigualdade de gênero e equidade educacional —, as quais, segundo Gil (2008), funcionam como eixos de interpretação que orientam a leitura crítica do material selecionado. Essas categorias permitiram aproximar a reflexão teórica da realidade social brasileira, com especial atenção à interface entre família, escola e Estado.

Embora não se trate de uma pesquisa empírica, o estudo apoia-se em dados secundários provenientes de investigações já consolidadas, relatórios oficiais e indicadores estatísticos. Tais dados não são utilizados como mera descrição, mas como elementos que possibilitam problematizar a persistência das desigualdades de gênero no contexto educacional, fortalecendo a articulação entre teoria e prática social.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão das desigualdades de gênero presentes no trabalho reprodutivo e seu impacto na equidade educacional requer uma análise aprofundada dos conceitos de divisão sexual do trabalho e da construção social dos papéis femininos, questão abordada por Hirata e Kergoat (2007), Del Priore (2003), Federici (2004), e outros autores que dialogam com essa



temática. Hirata e Kergoat (2007) destacam que o trabalho reprodutivo é socialmente atribuído às mulheres e meninas, sendo uma atividade invisibilizada e subvalorizada. As autoras explicam que essa divisão do trabalho é construída historicamente e naturalizada como uma extensão da “natureza feminina”, o que mascara sua dimensão política e econômica e contribui para a manutenção de estruturas sociais desiguais. Nesse sentido, a naturalização do cuidado e das tarefas domésticas restringe o tempo e a energia disponíveis para a escolarização, além de reduzir a autonomia das meninas (Hirata; Kergoat, 2007).

A perspectiva de Federici (2004) é crucial para entender o impacto do capitalismo nessa dinâmica, ao argumentar que a exploração do trabalho reprodutivo é fundamental para a acumulação primitiva de capital. A invisibilidade desse trabalho faz com que ele não receba valorização econômica ou reconhecimento social, reforçando a subordinação das mulheres e meninas. Federici (2004, p. 95) enfatiza que “a não remuneração do trabalho reprodutivo assegura ao capital a reprodução da força de trabalho sem custos adicionais”, o que evidencia o caráter estrutural da desigualdade.

Del Priore (2003) oferece uma análise histórica detalhada da construção social do papel feminino na família e na educação. Ela ressalta que, ao longo dos séculos, a mulher foi vinculada à domesticidade, o que limitou sua participação na esfera pública e restringiu as oportunidades educacionais das meninas. Essa herança patriarcal mantém estereótipos de gênero que atravessam gerações, perpetuando desigualdades estruturais e afetando especialmente meninas em contextos sociais vulneráveis (Del Priore, 2003).

Além disso, a discussão sobre trabalho reprodutivo e educação ganha reforço na obra de Scott (2002), que destaca a importância do gênero como categoria analítica para compreender as desigualdades sociais. Scott (2002, p. 208) argumenta que “o gênero é uma estrutura social fundamental que organiza relações de poder e distribui recursos, incluindo o acesso à educação e às oportunidades de desenvolvimento pessoal”.

A ampliação do debate para as políticas públicas é fundamentada por Mazui (2010), que discute os desafios na construção da igualdade de gênero por meio de políticas públicas eficazes. A autora aponta que a redistribuição das tarefas de cuidado não pode ser responsabilidade exclusiva das mulheres, demandando o papel ativo do Estado na criação de serviços e programas que promovam a equidade (Mazui, 2010).

Mello (2014) reforça essa perspectiva, defendendo a necessidade de políticas intersetoriais que articulem educação, assistência social e saúde para garantir suporte às famílias e assegurar que meninas possam se dedicar aos estudos sem sobrecarga doméstica. Para Mello



E por fim a contribuição de Walby (1990) sobre a teoria do patriarcado ajuda a compreender que as desigualdades de gênero são sustentadas por sistemas complexos de poder, nos quais o trabalho reprodutivo desempenha um papel central na manutenção da dominação masculina. Walby (1990, p. 22) aponta que “o patriarcado está profundamente enraizado nas estruturas sociais e econômicas, sendo o trabalho doméstico uma de suas bases principais”.

Os achados também apontam que a herança patriarcal, descrita por Del Priore (2003), ainda marca profundamente as trajetórias educacionais femininas. As representações tradicionais sobre o papel da mulher na família e na sociedade continuam a restringir sua autonomia e a legitimar práticas discriminatórias que afetam as expectativas em relação à



escolarização das meninas. Esses estereótipos, ao se perpetuarem no cotidiano, naturalizam a ideia de que a mulher deve priorizar o cuidado e a esfera privada, enquanto os homens se voltam para a esfera pública e produtiva.

Nesse sentido, a análise proposta por Scott (2002) contribui para compreender o gênero como categoria estruturante das relações sociais e de poder. O reconhecimento do gênero como elemento constitutivo da organização social permite compreender como as desigualdades educacionais são resultado de processos de socialização diferenciados e de políticas que, muitas vezes, não consideram as especificidades das meninas. Assim, discutir equidade educacional implica desvelar as bases simbólicas e materiais que sustentam a desigualdade de gênero e propor ações que rompam com a lógica da reprodução social excludente.

As contribuições de Mazui (2010) e Mello (2014) reforçam que a superação dessas desigualdades requer a intervenção efetiva do Estado por meio de políticas públicas intersetoriais e sensíveis à questão de gênero. A redistribuição das tarefas de cuidado, segundo Mazui (2010), não deve ser compreendida como responsabilidade exclusiva das mulheres, mas como uma questão coletiva e social. Nessa direção, Mello (2014) aponta que a ampliação de políticas que articulem educação, assistência social e saúde é essencial para que meninas de contextos vulneráveis possam permanecer na escola, livres da sobrecarga doméstica. Medidas como a oferta de serviços públicos de cuidado e a flexibilização dos tempos escolares constituem estratégias fundamentais para a promoção da equidade educacional.

A análise ainda demonstra que a discussão nacional se insere em um contexto mais amplo, amparado por compromissos internacionais como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW, 1979). Este instrumento reafirma a obrigação dos Estados em garantir condições igualitárias de acesso à educação, reconhecendo que a desigual divisão do trabalho doméstico constitui um obstáculo concreto à efetivação desses direitos.

Por fim, a teoria do patriarcado formulada por Walby (1990) contribui para compreender como essas desigualdades se mantêm enraizadas nas estruturas econômicas e sociais. O trabalho reprodutivo, ao sustentar o funcionamento do sistema produtivo e assegurar a manutenção da ordem doméstica, opera como uma das bases centrais do patriarcado, reforçando a dependência feminina e limitando o exercício pleno da cidadania das mulheres e meninas.

Dessa forma, os resultados e discussões apontam para a necessidade de repensar a articulação entre gênero, trabalho e educação sob uma perspectiva crítica e emancipadora. Somente por meio da valorização do trabalho reprodutivo, da redistribuição das responsabilidades de cuidado e da formulação de políticas públicas comprometidas com a



equidade de gênero será possível avançar na construção de uma educação verdadeiramente justa e transformadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste estudo evidencia que a compreensão das desigualdades de gênero no campo educacional exige o reconhecimento do papel central do trabalho reprodutivo na estruturação das relações sociais e econômicas. As reflexões apresentadas por Hirata e Kergoat (2007), Federici (2004), Del Priore (2003), Scott (2002), Mazui (2010), Mello (2014) e Walby (1990) revelam que tais desigualdades não são fruto de circunstâncias individuais ou acidentais, mas de um sistema histórico e social que naturaliza a subordinação feminina e invisibiliza o trabalho de cuidado.

Constatou-se que a naturalização das responsabilidades domésticas atribuídas às meninas compromete suas trajetórias educacionais, reduzindo o tempo disponível para o estudo e restringindo suas possibilidades de participação plena no espaço escolar. Ao mesmo tempo, observa-se que a desvalorização simbólica e material do trabalho reprodutivo contribui para perpetuar a desigualdade de gênero, reforçando a lógica de dependência e subordinação que ancora o sistema patriarcal e capitalista.

A reflexão sobre as políticas públicas demonstra que a promoção da equidade educacional depende da atuação efetiva do Estado na redistribuição das tarefas de cuidado e na criação de condições estruturais que permitam às meninas o exercício de seus direitos de modo pleno. Nesse sentido, políticas intersetoriais que articulem educação, assistência social e saúde, conforme apontado por Mello (2014), configuram-se como estratégias indispensáveis e necessárias para romper o ciclo de exclusão e promover justiça social.

A perspectiva trazida por instrumentos internacionais, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW, 1979), reforça o dever ético e político dos Estados em garantir igualdade de oportunidades e condições para o acesso e permanência das meninas na escola. A consolidação desses direitos implica reconhecer que a equidade de gênero na educação está intrinsecamente vinculada à valorização do trabalho reprodutivo e à desconstrução das hierarquias de gênero que o sustentam.

Em síntese, os resultados desta pesquisa reafirmam que a luta por equidade educacional requer uma transformação profunda das estruturas sociais que naturalizam a desigualdade entre homens e mulheres. A educação, enquanto prática emancipadora e libertadora, conforme ensina Paulo Freire (1996), deve constituir-se como um espaço de problematização das relações de



poder, de construção da consciência crítica e de fortalecimento da autonomia das meninas e mulheres.

Portanto, enfrentar a desigualdade de gênero no campo educacional significa não apenas ampliar o acesso à escola, mas sobretudo questionar e reconstruir os alicerces culturais e econômicos que sustentam a divisão desigual do trabalho e a desvalorização do cuidado. Somente a partir dessa perspectiva crítica e humanizadora será possível avançar na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e solidária, uma sociedade que reconheça, valorize e redistribua o trabalho reprodutivo como condição essencial para a plena realização da cidadania e da educação emancipadora.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

DEL PRIORE, M. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Contexto, 2003.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2004.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARDING, S. **Ciência e feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 37, p. 595-609, 2007.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.

MAZUI, M. H. **Gênero e políticas públicas**: desafios para a construção da igualdade. Brasília: Ipea, 2010.

MELLO, C. **Trabalho reprodutivo e educação**: desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.



NASCIMENTO, E. **Desigualdade de gênero na educação: um olhar para as políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2017.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 2, p. 207-221, 2002.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

UNITED NATIONS. **Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (CEDAW).** New York, 1979.

WALBY, S. **Theorizing Patriarchy.** Oxford: Blackwell Publishers, 1990.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa: do início ao fim.** Porto Alegre: Penso, 2016.

